

A PRODUÇÃO DE LIVROS DE ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL COMO PRÁTICA DE HISTÓRIA PÚBLICA: três estudos de caso.

The production of oral history interview books as public history practice: three case studies

Ulisses M. R. Franco¹

Resumo:

Este relato de pesquisa discute algumas avaliações sobre os livros de história publicados no Brasil que venho consolidando para analisar a produção e publicação de três livros de entrevistas de história oral. Considerando o circuito do livro (Darnton, 2010) e as responsabilidades de autores e editores (Bragança, 2005), relaciono o que foi visto como “obras fronteiriças” (Glezer; Albieri, 2009) e narrativas mercadológicas (Malerba, 2014) aos livros de entrevista no eixo da história oral de intenção pública (Santhiago, 2013). Discuto as intersecções entre história pública e história oral materializadas nesse tipo de livro e aponto os principais aspectos das obras selecionadas para estudo de caso. Com as especificidades próprias de seu fazer, os livros de entrevistas de história oral asseguram e evidenciam uma reflexão permanente sobre intenções, métodos e resultados de pesquisas, tanto para autores quanto para leitores.

Palavras-chave: História oral, História pública, Livros de história, Entrevistas, Produção editorial.

Abstract:

This research report discusses the evaluations of history books published in Brazil, which I summarize to support my ongoing analysis of the production and publication of three recent oral history interview books. Considering the book circuit (Darnton, 2010) and the roles of authors and publishers (Bragança, 2005), what is known as “obras fronteiriças” (Glezer; Albieri, 2009) and market-driven historical narratives (Malerba, 2014) are linked to interview books rooted in the public-oriented oral history initiatives (Santhiago, 2013). The intersections between public history and oral history materialized in this type of book are also explored, and the main characteristics of the three case studies are identified. Due to the specificities of their publishing processes, oral history interview books

¹ Historiador pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), sob orientação do professor Ricardo Santhiago. Bolsista CAPES e integrante do CUME: Laboratório Interdisciplinar de Cultura e Memória. ulisses.mrf@usp.br | <http://lattes.cnpq.br/3839114093142693>.

foster and underscore continuous reflection on intentions, methods and achievements for both authors and readers.

Keywords: Oral history, Public History, History books, Interviews, Publishing.

Este relato de pesquisa destaca um dos eixos da investigação que venho realizando² para descrever e analisar concepções teóricas, metodologias de pesquisa e práticas editoriais envolvidas na produção de três livros de entrevistas de história oral, compreendendo-os como projetos de história pública de perfil editorial. Aqui, pensando as obras de história produzidas no tempo presente, discuto o caso dos livros de entrevistas de história oral na intersecção entre história pública e história oral.

A hipótese que venho considerando é a de que as escolhas teórico-metodológicas e as práticas editoriais materializadas em cada livro de entrevista balizam as relações possíveis que leitores terão com o passado e as representações históricas existentes nos discursos públicos de seu presente. Então, projetos de história pública de perfil editorial tensionariam as consciências históricas socialmente compartilhadas em determinado período a partir da mobilização de aparatos teóricos em produções colaborativas que envolvem determinado “saber fazer”.

Minha proposta é expandir os debates sobre como é possível entender e usar o passado em narrativas escritas e qual o papel de historiadores e editores nesse processo. Nesse sentido, realizar estudos de caso ajuda a construir cabedal teórico e metodológico, além de *expertise*, para avaliar as melhores práticas do campo e os resultados obtidos pela atuação de historiadores públicos recentemente.

Obras fronteiriças, narrativas mercadológicas e livros de entrevistas

² Agradeço a todas as pessoas presentes no simpósio temático “História pública e oralidades” pelas questões e sugestões que surgiram em nossos encontros. Agradeço especialmente às coordenadoras Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai pelas sugestões e orientações, também pela companhia e pelo caloroso acolhimento.

Ao contrário das expectativas mais fatalistas, os avanços tecnológicos permitiram aumentar e diversificar as produções escritas nas mais diferentes áreas. O livro não desapareceu enquanto meio de comunicação de massa e suporte principal para a transmissão de conhecimentos. Segundo Thompson (2021), os novos contextos advindos dos fluxos intensos das comunicações e tecnologias digitais resultaram em mudanças nos processos, nas práticas e nas identidades das editoras, do modelo unilinear de comunicação para a multiplicidade de agentes e formatos. Com isso, a defesa da forma específica do livro como meio de contato entre criadores de conteúdo (autores) e consumidores de conteúdo (leitores) passou a ser o caminho de sobrevivência dessas instituições.

Livros acadêmicos, didáticos, de divulgação científica, de popularização da história, de ficção histórica e de memórias são exemplos dos tipos de publicação possíveis no espaço editorial que trata do passado e de seus debates. As narrativas escritas – que têm certo discurso sobre o passado, distante ou próximo, e que podem ter maior ou menor teor científico – integram o circuito do livro (Darnton, 2010) e intervêm no debate público colaborando na construção e tensão entre as consciências e culturas históricas socialmente difundidas. Com isso, historiadores, pesquisadores, jornalistas, publicitários, editores e outros profissionais atuam na sequência de etapas e processos que produzem, fazem circular e permitem usufruir do objeto cultural livro.

Com relação à história enquanto disciplina, cada vez mais seus praticantes têm procurado outras maneiras de apresentar os resultados de suas pesquisas para além dos circuitos acadêmicos. Então, a comunidade historiadora vem estudando, reformulando e tentando reproduzir as formas pelas quais seus textos podem aparecer no espaço público. Progressivamente as propostas da história pública têm contribuído nessas considerações, pois, a partir desse viés³, abre-se um

³ Considero a questão a partir da história pública porque é também característica dela a autorreflexividade e a investigação de suas novas possibilidades (Santhiago, 2016; 2018).

espaço para iluminar concepções, atividades profissionais, interesses comerciais, relações e processos que se ajustam, em determinados contextos e de forma mais ou menos próxima da academia, com o objetivo de viabilizar tipos específicos de objetos culturais que tratam do passado. Assim, torna-se possível ampliar o debate sobre produções editoriais contemporâneas para além das críticas pronunciadas pela academia, que descredibilizaram e desqualificaram livros regidos por lógicas que não as acadêmicas. São tipos de livros que tratam do passado, mas inserem-se em circuitos diferentes, com objetivos diferentes, e que, como veremos a seguir, também marcaram presença no desenvolvimento da história oral no Brasil.

Em 2009, Glezer e Albieri enquadraram as produções de “quase-história” para delimitar e debater alguns tipos de livro, com produção crescente no Brasil desde a década de 1990, que eram identificados como sendo “de história” pelos leitores, mas como um tipo de produção apartado da academia e do método científico pelos historiadores.

[...] verificamos que o mercado editorial voltado para a história cresce também no que se refere às obras de divulgação, às biografias romanceadas, às revistas de divulgação histórica – enfim, às obras de “quase história”, universo que desconhecemos formalmente. Note-se que, com raras exceções, o mundo universitário especializado não reconhece ou atribui valor às pretensões de produzir conhecimento além de suas fronteiras. (Glezer; Albieri, 2009, p. 19)

As autoras avaliam que biografias, livros de memórias e obras de popularização, escritos tanto por jornalistas quanto por historiadores que não seguem estritamente o formato e o método acadêmico, estariam nesse limiar entre a academia e as obras literárias ficcionais, como os romances de capa e espada e a ficção histórica. Seriam as “obras fronteiriças”.

[...] o que as define e distingue (também da simples ficção) parece ser a boa certificação histórica de parte de seus elementos constitutivos – personagens, cenários ou episódios. Mas não a sua realidade, no sentido trivial. Trata-se de construções narrativas que respeitam por vezes as convenções discursivas da história, mas tornam-se

fronteiriças porque contém passagens de pura invenção, baseadas, contudo, naquilo que sugerem os documentos. (Glezer; Albieri, 2009, p. 25-26)

Reconhecendo que tanto livros de história acadêmicos quanto não acadêmicos são produtos culturais inseridos no mercado editorial e que, por vezes, respondem à necessidade de informar e conhecer sobre assuntos em pauta ou a oportunidades comemorativas, as autoras indicam que muitas vezes essas obras são o primeiro contato que o público não especializado tem com o conhecimento histórico fora do ambiente escolar (Glezer; Albieri, 2009). Para elas, não seriam comunicação acadêmica, pois não são livros derivados de pesquisas, manuais ou livros didáticos, mas sim formas de difundir narrativas sobre pessoas e acontecimentos notáveis, além de visões sobre o passado que podem utilizar historiografia como base, mas que são centradas principalmente no compromisso com a narrativa fluida. Nessa avaliação, essas obras ajudam a colocar em questão o rigor acadêmico, tensionando as definições epistemológicas da disciplina e incitando a necessidade de demarcar fronteiras com relação a outros tipos de textos e práticas que são vistos, pelo público leigo, como próximos ao campo científico. Concluem que esses livros “têm valor heurístico”: são importantes pontos de partida para fomentar o universo de referências históricas e imaginativas que os indivíduos têm sobre o passado e a cultura histórica em que estão inseridos, possibilitando e incentivando a aproximação com o conhecimento e o método acadêmico.

Tal avaliação foi feita em momento anterior à caracterização mais definitiva da história pública brasileira como a conhecemos atualmente. Nesse sentido, em 2014, Malerba (p. 31-32) também se debruçou sobre a cronologia, a forma e o conteúdo do que considerou uma “recente explosão ruidosa de formas populares de apresentação do passado” e “uma agressiva produção ‘historiográfica’ que insiste em se autopromover como uma ‘nova história’ – não acadêmica, diferente e superior àquela”.

Diferente de Glezer e Albieri (2009), Malerba considerou os debates incipientes da história pública no Brasil e alguns aspectos da produção editorial. Com isso, sua análise tem dois pontos de partida: o passado tornara-se um negócio, uma forma de poder envolvida com o capital; e, no Brasil, os autores desse tipo de produção não compartilhariam a mesma base, o “*commom ground*”, dos historiadores acadêmicos.

Os historiadores “públicos” no exterior, que conquistaram ou criaram novas áreas de atuação profissional, [...] todos eles têm formação, treinamento universitário profissional no tratamento dos princípios ou fundamentos da história como ciência. Ora, isso não é o que se passa no Brasil, onde a perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício. (Malerba, 2014, p. 32)

Em sua cronologia, desde os anos 1990, diversas produções feitas por jornalistas, principalmente em decorrência de efemérides nacionais, tomaram corpo e difundiram-se em oposição e conflito aberto com a academia, consolidando um novo nicho no mercado editorial com direito a inúmeros *best-sellers*. Assinalando a narrativa fluida centrada em personagens célebres, a ausência de visão processual e multifatorial da história, o apelo a simplificações, anedotas, tópicos e linguagem coloquial, além das estratégias de marketing utilizadas para impulsionar essas produções e descredibilizar a academia, Malerba (2014) cita jornalistas que publicaram livros de sucesso de público e suscitaram calorosos debates acadêmicos nas duas primeiras décadas do século XXI.

Com relação ao mercado e à estrutura da produção editorial, o autor destaca que, sem o “*commom ground*” com os acadêmicos, os historiadores públicos brasileiros, majoritariamente jornalistas de formação, estariam realizando a empreitada de escrever e publicar seus livros de grande sucesso comercial não somente porque escrevem melhor que os historiadores acadêmicos, mas porque têm junto de si os interesses e as ferramentas de grandes empresas especializadas na produção e difusão do formato livro (Malerba, 2014).

Nesse sentido, podemos pensar nos setores editoriais que fazem o tratamento de texto e a diagramação, a produção de capas e paratextos, assim como nas áreas de marketing e de divulgação da publicação, por exemplo.

A indicação de Malerba nos permite deslindar o debate sobre os livros de história considerando também o circuito da produção e circulação de livros. Trata-se de:

Um circuito de comunicação que vai do autor ao editor [...], ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor. Por influenciar o autor tanto antes quanto depois do ato da escrita, o leitor completa o circuito. Autores também são leitores. [...] Assim, o circuito se completa. Transmite mensagens, transformando-as no caminho, enquanto passam do pensamento à escrita e daí aos caracteres impressos, até voltarem ao pensamento. (Darnton, 2010, p. 193-194)

Ou seja, considerar a existência e atuação dessa série de intermediários evidencia como a construção das culturas históricas contemporâneas por meio de produtos culturais tão presentes no universo de historiadores, os livros, envolve diferentes agentes e processos. É um dos caminhos para debater a abertura da posição de autoridade dos pesquisadores com relação à produção do conhecimento sobre o passado (Frisch, 2016). Ainda que não saibam, editores, impressores, distribuidores, livreiros e leitores contribuem direta ou indiretamente no desenvolvimento e disputa de compreensões sobre o passado.

Nesse sentido, as características que os livros de entrevistas de história oral assumiram no Brasil e seu histórico de desenvolvimento possibilitam aproximar esse tipo de publicação do restante dos livros de história presentes no mercado editorial do país, respeitando, logicamente, as especificidades do trabalho com essa metodologia. Isso porque considerar as distintas intencionalidades e regras que regem a produção escrita da academia e aquela destinada aos públicos, além dos conflitos com o jornalismo, também já foi (e possivelmente continua sendo) uma dificuldade para as publicações de história oral brasileiras.

Em sua genealogia da história oral no Brasil, Santhiago (2013, p. 102) aponta que as experiências não universitárias continuam ocupando lugar

marginal nos balanços historiográficos do campo, uma vez que ele se desenvolveu com base nos pressupostos

de que a história feita para o público deve seguir as mesmas regras daquela feita para os pares; [...] de que o rótulo história oral está necessariamente atrelado ao campo acadêmico que leva seu nome; [...] de que obras de circulação popular seriam meros fenômenos comunicacionais, e não trabalhos de fôlego a serem considerados.

Porém, entre as produções de importância seminal para a história oral no país que não aconteceram na academia, o autor destaca livros como *Memórias do exílio*, de 1976, e *Memórias das mulheres no exílio*, de 1980, que]

Ao contrário de outras matrizes impressas de nossa história oral [...] inseriram-se não numa área disciplinar, mas na esfera pública. Mobilizaram as fontes orais, com os recursos do circuito editorial, visando à publicização de memórias recolhidas. Assim, cultivaram a história oral em duas de suas possíveis condições: como uma literatura de testemunho e como um gênero de consumo. (Santhiago, 2013, p. 112)

Esse tipo de história oral pública e publicada objetivava a denúncia e a busca por justiça social. Foram intervenções no mercado editorial brasileiro, junto a exemplos mais literários ou mais biográficos, no eixo das memórias e lembranças de importância social, relacionados à progressiva reabertura política no fim da ditadura militar. Para Santhiago (2013), essa história oral de intenção pública é uma das matrizes da história oral brasileira, ainda que costumeiramente renegada. Então, como campo de atuação, a história oral brasileira desenvolveu-se também a partir do comprometimento político e com vocação para a publicização de entrevistas com vistas à intervenção no debate público.

Em paralelo às obras fronteiriças, ao longo dos anos 1980, “foram os jornalistas os responsáveis, em grande parte, por cultivar no mercado editorial um nicho digno de ser ocupado pela publicação de entrevistas” (Santhiago, 2013, p. 233). Ainda que livros de boa qualidade e que contivessem entrevistas com temas variados, por vezes feitas por acadêmicos, “nada disso impediu que o campo da história oral deixasse esse manancial de histórias narradas de lado, por

desconhecimento ou porque elas não se atinham às regras que o campo passava a estabelecer” (Santhiago, 2013, p. 234). Uma vez que a história oral brasileira buscou seu respaldo em instituições de pesquisa e na academia, as obras de história oral de intenção pública não ficaram exatamente do mesmo lado da fronteira de quem utilizava o método para fazer pesquisas e publicar livros acadêmicos.

Depois, em meio aos debates em torno das definições metodológicas do campo e da estruturação de um cânone teórico próprio, a história oral produzida a partir dos anos 1990 encontrou tanto publicações de caráter metodológico e reflexivo quanto o aparecimento de uma profusão de livros de entrevistas baseados na ideia de coautoria entre o pesquisador acadêmico e os colaboradores entrevistados (Santhiago, 2013). As publicações engendradas a partir do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO) da USP são exemplos da utilização de uma estrutura que se tornou clássica para esse tipo de obra que figura entre a academia, a literatura e o jornalismo: primeiro, apresentação do tema e explanação metodológica do processo de entrevista, depois compilação das entrevistas na íntegra e, por fim, alguns comentários à guisa de conclusão.

Além disso, entendendo a história oral como um método aplicável a diferentes temas, o NEHO desenvolveu a conceituação e a prática da transcrição das entrevistas de história oral. “Nessa concepção, o pesquisador é visto como um ‘coautor’ da entrevista, autorizado a transformá-la [durante a transcrição e edição do texto da entrevista] [...] com o fito de atingir, na representação escrita, o ‘sentido’ da mensagem do narrador” (Santhiago, 2013, p. 313). Com essa proposta, uma série de livros expandiu a presença dessa forma de história oral no mercado editorial.

De maneira geral, com a consolidação do campo da história oral no país, conclui Santhiago (2013, p. 327, grifos do autor) que

[...] uma obra de história oral não possui elementos suficientes para distingui-la; ela é um gênero de estudos, não um gênero narrativo; não possui características exclusivas (objetos, conceitos, tratamentos); não

é imanente. Sua identificação enquanto história oral está ligada a um circuito complexo: depende de uma postura *declarativa* (isto é, de comentários metodológicos internos ao texto, com a declaração explícita de que se está fazendo história oral); depende das informações enunciadas em seu *paratexto* (em tudo o que está em redor do texto, apresentando-o e enquadrando-o: o nome do autor, o título, a quarta-capa de um livro, seus prefácios, suas apresentações), que funcionam como signos qualificadores do texto e orientam sua leitura; depende da *contratualidade* (da pressuposição, por parte do leitor, de que aquele trabalho é de história oral), de um pacto de leitura em “comunidades interpretativas” que partilham as mesmas noções a respeito das qualidades de um texto. Em outras palavras, para ser entendido como história oral, uma obra deve estar empenhada em se fazer entender enquanto história oral.

Nessa acepção, a definição como obra de história oral necessita da ação e empenho de quem a produz e disponibiliza ao público, assegurando que seja identificada nesse equilíbrio entre “declaração”, “contratualidade” e “comunidade interpretativa”. Ora, se o autor apresenta sua posição dentro do campo da história oral em suas entrevistas e interpretações, se propõe aos possíveis leitores que ali há esse tipo de trabalho, é responsabilidade de seu representante no processo editorial garantir que isso esteja presente do original à edição mais recente.

Dessa forma, livros de entrevistas de história oral constituem exemplos de uso do passado recente que materializam ações da memória (Alberti, 2004) realizadas por diferentes agentes. São redes de pessoas e instituições envolvidas na delimitação de um tema de pesquisa com história oral, em sua posterior execução e, depois, na transformação do registro narrativo obtido na relação dialógica da entrevista em um livro. Cada envolvido e cada uma das etapas compartilha a responsabilidade pelo conteúdo e pela forma como a narrativa do pesquisador e do entrevistado chegam ao público e apresentam o passado de determinada forma. Assim sendo, a trajetória dos livros de entrevistas de história oral pelo circuito do livro permite abordar de maneira aprofundada a relação entre história oral e história pública, evidenciando como as especificidades desse tipo de produção coletiva não podem ser desconsideradas ou menosprezadas quando debatemos os livros de história no tempo presente.

História oral e história pública

A publicação de entrevistas de história oral é uma das práticas mais recorrentes de pesquisadores que tratam de temas contemporâneos ou relativos às memórias individuais e coletivas, às identidades e às subjetividades. Ao longo do século XX, a moderna história oral ganhou força, e os resultados das pesquisas feitas com esse método progressivamente passaram a compor o leque das narrativas testemunhais presentes – e em disputa – no espaço público (Seligmann-Silva, 2022). Além disso, considerando os questionamentos atuais sobre a função social da história e a necessidade de intervenção de historiadores em debates do tempo presente, essa tem sido uma das formas pelas quais diferentes iniciativas vêm se materializando e difundindo novas perspectivas para leitores diversos, acadêmicos ou não.

Desenvolvida no Brasil pelos menos desde a década de 1950 e com diferentes matrizes teóricas e formas de circulação – as pesquisas sociológicas a partir das histórias de vida, os estudos da memória feitos na psicologia social, a metodologia da *oral history* estadunidense e, como vimos, as entrevistas e publicações com objetivo de intervenção pública (Santhiago, 2013) –, a história oral influencia o campo da história pública a ponto de não ser possível separá-las totalmente (Santhiago, 2011). Nessa relação, Shopes (2016, p. 71) considera que o “diálogo sobre o passado [...] entre duas pessoas com tipos diferentes de conhecimento histórico” – a entrevista de história oral, por exemplo – seria um protótipo da história pública. Por outro lado, Santhiago (2016, p. 32) salienta que “a história pública não é a história oral, no sentido de que é muito menos organizada, menos institucionalizada, menos comunicada”.

Entre as várias definições de história oral, a de Portelli (2016, p. 10, grifos do autor) é a mais bonita e inspiradora: “a história oral, então, é primordialmente uma *arte da escuta*”. Trata-se, para ele, de uma prática de compartilhamento de experiências que, por vezes, insere-se em um projeto específico de investigação.

Na definição de Alberti (2013, p. 24), a história oral, enquanto *método*, “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. A utilização desse método tem a produção de registros sonoros e escritos como resultado. Depois das entrevistas, na maioria dos casos, esse material é utilizado em análises sociológicas ou historiográficas, para a compilação de fontes e a constituição de acervos temáticos, entre outras possibilidades. Em razão de sua natureza eminentemente dialógica, a história oral tem sido uma das formas de pesquisa mais engajadas no retorno aos públicos, favorecendo a apresentação de resultados de pesquisas em diferentes formatos (livros, exposições, documentários, *podcasts* etc.).

A história pública, por sua vez, compreende a área de atuação dos profissionais da história, historiadores ou não, que mobilizam discursos e representações sobre o passado e a memória de diferentes maneiras. Em paralelo à história acadêmica e englobando a divulgação científica, sem se prender a ela, a história pública “tenta construir uma ponte entre as análises detalhadas, nuançadas e profundamente investigadas dos historiadores acadêmicos e uma curiosidade histórica aparentemente insaciável [...] do público em geral” (Zahavi, 2011, p. 53). É nos entre-lugares da produção do conhecimento sobre o passado e a cultura histórica difundida em uma sociedade que os historiadores públicos atuam. As possibilidades mais conhecidas são a produção de livros didáticos, de divulgação, de biografias ou de romances históricos; a consultoria especializada para novelas e filmes “de época” ou documentários, também em exposições museológicas etc. Além disso, podem contribuir no desenvolvimento de políticas públicas de memória e reparação, entre tantas outras possibilidades, seja como consultores ou executores de projetos.

Segundo Santhiago (2018), a história pública praticada no Brasil é influenciada pela *public history* estadunidense, iniciativa desenvolvida nos anos 1970 para lidar com a crise no mercado de trabalho universitário na área da

história. Lá, paulatinamente essa proposta direcionou-se para a estruturação de cursos específicos de graduação e pós-graduação voltados à formação especializada de profissionais que saberiam mobilizar conteúdos e métodos históricos em projetos e carreiras alternativas à academia. Aqui, entretanto, essa não foi a única forma pela qual a história pública se desenvolveu.

Nesse sentido, as práticas emergentes de história pública no Brasil desenharam uma conciliação entre a tradição pragmática, aplicada e profissionalizante da *public history* estadunidense, orientada em função de resultados, e a reflexão teórica sobre o papel social da história e do historiador, inspirada como parte do conjunto de problemas da história do tempo presente. Essa composição peculiar torna o conceito de história pública analiticamente produtivo – dialogando com noções como as de usos do passado, cultura histórica, consciência histórica e passados práticos, mas resguardando suas especificidades – e confirma que ele *ajuda a pensar*. (Santhiago, 2018, p. 295-296, grifos do autor)

Dessa forma, a preocupação com questões do presente e a constante reflexão sobre o papel do historiador na produção e difusão do conhecimento sobre o passado é um dos pontos de intersecção entre história pública e história oral. O campo da história oral, com suas técnicas e metodologias, e as práticas da história pública carregam em si a necessidade de reflexão sobre seus processos, em que métodos, abordagens, interpretações possíveis e implicações do público na execução e publicização da pesquisa contam desde o início (Santhiago, 2018). Tanto na história oral quanto na história pública estamos lidando com práticas coletivas que acontecem no presente, mas abordam temas do passado. São pesquisadores, profissionais, colaboradores, entrevistados, coletivos, empresas e instituições que têm seu ofício no investigar, analisar, falar e *escrever* sobre o que aconteceu. Longe de serem atividades desinteressadas, isentas ou neutras, são processos com objetivos, métodos e práticas organizadas que buscam balizar a forma como uma visão do passado será transmitida e compreendida e quais as relações que os públicos poderão ter com esses tempos outros que não os seus presentes.

Como área de estudo e ação, o guarda-chuva da história pública tem quatro formas de engajamento fundamentais:

[...] a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo). (Santhiago, 2016, p. 28, grifos do autor)

Nesse sentido, a história pública abarca a escrita e publicação de livros para os públicos (como resultados de pesquisas, livros de divulgação e popularização etc.), livros feitos em colaboração com os públicos (relatos de projetos coletivos ou acervos temáticos, por exemplo), também obras ficcionais, que abordam temas históricos, e publicações com reflexões sobre a própria história pública. “Trata-se antes de um tipo de texto cultural dotado de natureza específica, assinalada pela própria incorporação das expectativas do público receptor sobre o polo de produção, e, portanto, ligada ao âmbito das comunicações” (Santhiago, 2013, p. 104).

Então, quando retornamos ao circuito do livro para pensar as produções editoriais de história pública, a proposta de Bragança (2005) para a atuação do editor – ainda que acentue uma posição de comando e controle para esse profissional – ajuda a considerar um novo agente nesse processo que acontece no “âmbito das comunicações”: o editor é o intermediário entre autores e leitores. Trata-se do profissional que direciona e se responsabiliza no processo de produção do livro, sendo parceiro de quem produz e de quem lê. É um dos colaboradores dos livros de história pública e de história oral, atuando em benefício de pesquisadores e garantindo que aquilo que enquadra as obras nesses campos seja evidente aos leitores. É o profissional que possibilita a transformação de uma conversa privada em um diálogo público sobre o passado, parte da cultura histórica.

Dessa forma, se consideramos os processos e os profissionais que tornam possível o surgimento dos livros de entrevistas de história oral, entendendo as relações entrevistados-autores-editores-leitores como o nó que possibilita sua publicização, o que é feito antes de os livros de entrevistas chegarem às estantes de bibliotecas e livrarias é um verdadeiro e complexo projeto de história pública de perfil editorial que, diga-se de passagem, vem dando certo com diferentes abordagens.

Os estudos de caso

Em 2021, a FGV Editora publicou *General Villas Bôas: conversa com o comandante*, livro biográfico organizado por Celso Castro como parte da iniciativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), de registrar depoimentos de personalidades políticas e militares brasileiras. Como definiu Castro (2021, p. 18), é “uma fonte documental inédita” sobre a trajetória de vida de Eduardo Villas Bôas, general do Exército Brasileiro entre 2015 e 2019.

No livro, as entrevistas de história oral revelam a trajetória do entrevistado por meio da transcrição do diálogo entre o general e o pesquisador, sendo que Castro faz questão de destacar a posterior intervenção do biografado, editando e complementando o registro das entrevistas. Segundo ele, a primeira versão da transcrição preservava a oralidade, mas ajustava vícios de linguagem; enquanto versões posteriores enviadas pelo general tinham tom mais formal e aumentaram de tamanho. Nos dezesseis capítulos, a separação entre o pesquisador e o entrevistado tem realce visual: destaques em itálico marcam as perguntas realizadas por Castro, que assina o livro como organizador. Seu objetivo é registrar a história de vida de uma pessoa que esteve presente em momentos cruciais da política brasileira contemporânea. Nesse sentido, a proposta biográfica organizando a narrativa de memória aparece já no sumário do livro: os capítulos são intitulados com trechos da fala do entrevistado que encapsulam e

resumem os períodos da vida ou os temas abordados. Além disso, o projeto editorial complementa essa proposta pela inclusão, entre os capítulos, de fotografias do acervo pessoal do general.

Esse caso ajuda a pensar como a linha teórica autoral e o projeto editorial direcionam o discurso sobre o passado que essa obra apresenta, reforçando perspectivas diacrônicas da passagem do tempo e a possibilidade de compreender o passado a partir da percepção e das memórias de alguém que viveu esse período, por exemplo. Valorizando uma trajetória de vida organizada e celebrativa, a execução desse projeto pode ter sido influenciada pelos desejos do próprio biografado (pessoa pública de destaque com doença degenerativa progressiva), levando Celso Castro e a Editora FGV a optarem pela proposta empreendida.

Também em 2021, a editora Letra e Voz apresentou ao público seus dois volumes da obra coletiva *(Im)permanências: história oral, mulheres e envelhecimento na pandemia*, organizados por Denise N. Pimenta, Juniele R. de Almeida e Lívia M. G. Lima. Com oito eixos temáticos, os quarenta capítulos são ação coletiva para constituir acervo “composto por entrevistas de história oral, realizadas durante a pandemia de covid-19, a partir da interface ‘mulheres e envelhecimento’” (Pimenta; Almeida; Lima, 2021, p. 17). A proposta era de que, durante o isolamento causado pela covid-19, os pesquisadores apresentassem textos de entrevistas que abordassem os temas selecionados a partir de reaproximações ou retomadas de contatos e parcerias que já haviam acontecido antes do período pandêmico, ou seja, registrassem entrevistas derivadas de relações já estabelecidas com colaboradoras.

Aqui, as narrativas surgem a partir de métodos e abordagens diversas ao tema selecionado. As entrevistas foram realizadas majoritariamente de forma *on-line* por meio de recursos como chamadas de vídeo, mensagens instantâneas e ligações telefônicas. Todos os capítulos apresentam o que foi tratado nas entrevistas, porém com especificidades definidas pelos próprios pesquisadores a

partir da orientação das organizadoras da obra (como diálogos, junto com análises ou não, somente transcrevendo ou transcriando etc.). O título de cada capítulo nomeia as mulheres entrevistadas e o subtítulo indica um recorte temático ou abordagem utilizada. Na maior parte dos casos, o capítulo começa com o contexto e a proposta da entrevista, seguido pela narrativa de memória.

O que destaca essa publicação é a diversidade de propostas possíveis a um livro de entrevistas de história oral, além da realização coletiva do projeto editorial. Como acervo de entrevistas, a abrangência apresentada pela obra indica um esforço para alcançar públicos que não sejam estritamente acadêmicos, pois registra um passado recente e sensível com múltiplas perspectivas. O leque de vozes e formatos fortalece uma postura de intervenção pública, livro-documento sobre o período de isolamento social e seus efeitos.

Vidas machucadas: história oral aplicada é uma coletânea de cinco entrevistas, realizadas entre 2018 e 2022 por Leandro Seawright, organizadas em livro e publicadas pela editora Contexto em 2023. Abordando histórias de vida e testemunhos de pessoas que passaram por experiências de violência ou violação de direitos, o texto apresenta a transcrição das entrevistas realizadas a partir da “compreensão do *tom vital* de cada narrador” (Seawright, 2023, p. 18, grifos do autor). Ou seja, os capítulos resultam da narrativização da experiência nas entrevistas compreendendo elementos que vão além dos enunciados verbais, buscando relacionar expressões, gestos e sensações do colaborador que aconteceram durante a elaboração da narrativa de memória com o pesquisador.

Como compilação de narrativas amarradas pelo tema, o sumário da obra apresenta a proposta de “*standard* de histórias”, com capítulos sendo intitulados com os nomes dos entrevistados. Ao longo das páginas, boxes de comentários do caderno de campo ou destaques de trechos das entrevistas aparecem de forma justaposta ao texto principal. As narrativas são antecedidas por breves apresentações de como se deu a aproximação ao tema ou aos entrevistados e acabam com “análises tópicas”, discussões sobre a realização da entrevista e seu

posterior tratamento. Segundo o autor, as análises e as sínteses caminham ao lado das histórias de vida com o propósito de, também, “romper com a *não* escuta e privilegiar a construção com o público, para o público” (Seawright, 2023, p. 19, grifos do autor). Nesse sentido, ao compor trechos narrativos e analíticos de forma intercalada – seja com seções inteiras ou com boxes ao longo do texto –, o autor e transcriador das entrevistas indica um caminho interpretativo para as narrativas de memória, fazendo-se presente e companhia aos entrevistados ao longo das páginas.

Considerações finais

Com a pesquisa em andamento, tenho abordado as diferentes etapas de produção desses três livros, sejam as concepções de história oral mobilizadas por seus autores e editores ou como são compreendidas e executadas as práticas editoriais que conformam esses relatos de ação e resíduos de ação (Alberti, 2004) para determinado público e com certa intencionalidade. Procuro avaliar se e de que forma as escolhas teórico-metodológicas dos pesquisadores e seus alinhamentos a determinadas instituições influenciam a construção do questionário e a condução das entrevistas; depois, o tratamento do texto (se transcrito, editado, transcriado etc.); a presença ou ausência de análises acompanhando as narrativas de memória, entre outras características. Por fim, tratar da relação editor-autor tem ajudado a esclarecer aspectos da proposta editorial e a entrada do original na editora, assim como sobre os públicos pretendidos e as relações possíveis com a história oral de intenção pública.

Assim como as obras fronteiriças, os livros de entrevistas de história oral tensionam os paradigmas epistemológicos da história (Alberti, 2004), não são somente obras de divulgação científica, por vezes tornam-se fontes de pesquisa. Por meio desses livros, questiona-se a relação entre pesquisador e fonte de informações, deslinda-se o fato de que todo texto histórico é construído por quem escolhe, recorta, escreve e interpreta. Ao emergirem em meio às complexidades

intrínsecas ao seu fazer, os livros de entrevistas de história oral asseguram e evidenciam a reflexão permanente sobre as intenções, os métodos e os resultados das pesquisas, tanto aos autores quanto aos leitores.

REFERÊNCIAS

Alberti, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

Alberti, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

Bragança, A. Sobre o editor. Notas para a sua história. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005.

Castro, C. (org.). **General Villas Bôas**: conversa com o comandante. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

Darnton, R. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Frisch, M. A história pública não é uma via de mão única, ou, De *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: Mauad, A. M.; Almeida, J. R.; Santhiago, R. (org.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. p. 57-69. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Glezer, R.; Albieri, S. O campo da história e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 48, p. 13-30, 2009.

Malerba, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014.

Pimenta, D. N.; Almeida, J. R.; Lima, L. M. G. (org.). **(Im)permanências**: história oral, mulheres e envelhecimento na pandemia. São Paulo: Letra e Voz, 2021. 2v.

Portelli, A. **História oral como a arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Santhiago, R. Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral. In: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.). **Introdução à história pública**. p. 97-108. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Santhiago, R. **Método, metodologia, campo**: a trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em História
Revista Espacialidades [online]. 2025, v. 1, n. 1, ISSN 1984-817X

Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Santhiago, R. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. *In*: Mauad, A. M.; Almeida, J. R.; Santhiago, R. (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. p. 23-35. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Santhiago, R. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, 2018.

Seawright, L. **Vidas machucadas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2023.

Seligmann-Silva, M. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

Shopes, L. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. *In*: Mauad, A. M.; Almeida, J. R.; Santhiago, R. (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. p. 71-84. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Thompson, J. B. **As guerras do livro: a revolução digital no mundo editorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

Zahavi, G. Ensinando história pública no século XXI. *In*: Almeida, J. R.; Rovai, M. G. O. (org.). **Introdução à história pública**. p. 53-63. São Paulo: Letra e Voz, 2011.